

**DOCUMENTO DE
RECOMENDAÇÕES PARA**

MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO INTEGRAL

EM TERRITÓRIOS DE COMUNIDADES TRADICIONAIS



**DOCUMENTO DE
RECOMENDAÇÕES PARA**

**MONITORAMENTO
E AVALIAÇÃO DE
POLÍTICAS DE
EDUCAÇÃO INTEGRAL
EM TERRITÓRIOS DE COMUNIDADES TRADICIONAIS**

1ª edição
São Paulo - SP - 2024
Associação Cidade Escola Aprendiz



Ficha Técnica

Realização

Centro de Referências em
Educação Integral

Apoio

Porticus

Coordenação Técnica

Associação Cidade Escola Aprendiz

Publicação

Pesquisa e Redação

Ana Paula de Pietri
Fernando Mendes
João Gabriel do Nascimento Nganga

Revisão e Edição

Natacha Costa
Raiana Ribeiro
Roberta Tasselli

Projeto Gráfico

Gláucia Cavalcante

Diagramação

Vinícius Correa

Créditos das imagens

João Gabriel do Nascimento Nganga
Luana Maria Monteiro Campos
Wesley Lins

Cidade Escola Aprendiz

Direção Executiva

Natacha Costa

Direção Institucional

Paula Patrone

Direção de Programas

Raiana Ribeiro

Direção de Comunicação para o Desenvolvimento

Roberta Tasselli

Gestão do Centro de Referências em Educação Integral

Fernando Mendes

Gestão de Formação

Ana Paula de Pietri

Formação

João Gabriel do Nascimento Nganga

Municípios participantes

Amapá: Itaúbal, Macapá, Mazagão

Amazonas: Alvarães, Barcelos,
Benjamin Constant, Eirunepé,
Maués, Santa Isabel do Rio Negro,
Santo Antonio do Iça, Tabatinga;

Maranhão: Alcântara, Alto Alegre
do Pindaré, Anajatuba, Arari,
Bacuri, Fernando Falcão, Grajaú,
Itaipava do Grajaú, Itapecuru
Mirim, Jenipapo dos Vieiras, Lima
Campos, Magalhães de Almeida,
Palmeirândia, Parnarama, Porto
Rico, Santa Quitéria, Turilândia



SUMÁRIO

Introdução.....	9
Saberes e Fazeres das Comunidades Tradicionais no desenvolvimento integral do sujeito.....	15
Caminhos possíveis para o monitoramento e avaliação da Política de Educação Integral em territórios de Comunidades Tradicionais.....	23

Primeiro Instrumento de M&A	29
Escuta qualificada com a comunidade escolar.....	29
Segundo Instrumento de M&A	43
Panorama da Política de Educação Integral	48
Próximos Passos	75
Referências Bibliográficas.....	76



The background is a dark red color with abstract, colorful shapes and patterns. On the left side, there are several vertical, wavy lines in yellow, red, green, and blue. At the top left, there is a yellow shape with a green hexagonal pattern inside. At the top right, there are several colorful, irregular shapes in green, red, and purple. The overall style is modern and artistic.

APRESENTAÇÃO

Nos últimos dois anos, o Centro de Referências em Educação Integral realizou um processo de investigação e cocriação de estratégias metodológicas e instrumentos para apoiar a implementação de políticas de educação integral em territórios de Comunidades Tradicionais. Com o apoio da Porticus, a pesquisa contou com a participação dos(as) Dirigentes Municipais e Equipes Técnicas das Secretarias de Educação de 33 municípios dos Estados do Amapá, Amazonas e Maranhão.

Este processo resultou na publicação do *Caderno de Diretrizes para Implementação de Políticas de Educação Integral em Territórios de Comunidades Tradicionais* que sistematiza as aprendizagens deste primeiro ciclo do projeto e compõe o primeiro volume da Coletânea “Educação Integral em Territórios de Comunidades Tradicionais”.

No Caderno de Diretrizes estão contidas reflexões e recomendações para a formulação e implementação de políticas públicas de educação integral que valorizem e respeitem os saberes acumulados ao longo da histórias pelas Comunidades Tradicionais brasileiras.

A Educação Integral valoriza o território como parte indissociável do processo de desenvolvimento integral dos estudantes. Esse princípio torna-se, portanto, mais central no processo de construção de políticas de Educação Integral em Comunidades Tradicionais. Neste sentido, as políticas de Educação Integral têm o compromisso de reparar o apagamento histórico dos saberes desses povos constituídos nas suas múltiplas línguas, relações com a natureza e nos seus modos de ser e estar no mundo. Os conhecimentos sistematizados até então neste Documento de Diretrizes, apontaram a necessidade de utilizar-se dos instrumentos de gestão e planejamento de políticas públicas, como o Plano Plurianual, o Planejamento Estratégico, o Diagnóstico e a Formação em Serviço para fortalecer o papel das Comunidades Tradicionais, suas realidades e contextos, na formulação de políticas públicas educacionais mais aderentes aos territórios.

Com base nesses dois anos de diálogo e construções profícuas com as equipes técnicas dos 33 municípios é que se apresenta o segundo documento para apoiar a política de Educação Integral em Comunidades Tradicionais.

O presente documento “Avaliação e Monitoramento de Políticas de Educação Integral em Territórios de Comunidades Tradicionais” foi, também, cocriado com os Dirigentes e Equipes Técnicas dos 33 municípios a partir de um processo de investigação-reflexão-investigação em diálogo com as realidades e contextos dos diferentes territórios.

Este documento pretende ser provocativo e dar sequência a processos dialógicos, democráticos e participativos para a permanente avaliação e monitoramento da política de Educação

Integral de maneira a qualificar a oferta da educação pública com equidade, sem discriminação e com respeito aos povos originários brasileiros.

Celebramos a produção do material ao mesmo tempo em que agradecemos a todas(os) as(os) parceiras(as) que contribuíram na escrita do documento.

Introdução

A Educação Integral, um movimento crescente no Brasil desde os anos 2000, tem suas raízes nos pressupostos dos pioneiros da Educação Nova, como Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro, e está fundamentada nas ideias contidas no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, publicado em 1932. Essa abordagem propõe uma reconfiguração das políticas e práticas educativas, com o objetivo de criar um ambiente inclusivo e emancipatório para todos os(as) estudantes.

A Educação Integral visa garantir o desenvolvimento dos indivíduos em todas as suas dimensões – intelectual, física, emocional, social e cultural. Essa concepção de educação se expande para uma formação completa que reconhece e valoriza o(a) estudante como um sujeito social, histórico, singular e multidimensional. Ao colocar o(a) estudante no centro do processo educativo, a Educação Integral busca estabelecer conexões entre o sentido da escola e da educação com suas vidas cotidianas, garantindo que a aprendizagem esteja em sintonia com suas realidades, vivências e particularidades de seus territórios.

Enquanto política pública de Educação Integral é fundamental se assegurar os seguintes princípios:

1. Equidade de raça, gênero e território;
2. Inclusão, em seu sentido amplo, no qual se reconhece as singularidades e diversidades dos sujeitos;
3. Contemporaneidade: ações ancoradas nos contextos socioculturais atuais;
4. Sustentabilidade: perenidade das ações.

Nesse contexto, o Centro de Referências em Educação Integral, a partir de uma rede de parceiros, implementou o projeto “NÓS – Iniciativa pela Educação Integral em Territórios Amazônicos” em cinco municípios do estado do Amapá, 10 municípios do estado do Amazonas e 18 municípios do estado do Maranhão, no período de 2021 a 2023. Todos esses municípios são territórios de Comunidades Tradicionais¹, em especial Indígenas e Quilombolas.

O projeto teve como objetivo formar equipes técnicas das Secretarias Municipais de Educação desses municípios sobre os fundamentos da Educação Integral, gestão educacional e gestão democrática e participativa a fim de criar condições para a implementação de políticas públicas alinhadas a uma perspectiva de reconhecimento e de valorização das

¹ Considera-se povos e comunidades os “grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição”. DECRETO No 6.040, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2007. Disponível em <planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm> Acesso em agosto de 2024.

epistemologias, história, memórias, culturas e tradições das Comunidades Tradicionais e o compromisso com a garantia de acesso, permanência, aprendizagem de qualidade com equidade e desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens no ambiente escolar.

A busca pelo desenvolvimento integral dos(as) estudantes passa pela qualidade do ensino-aprendizagem, do qual entende-se que tem que ser uma qualidade com equidade, socialmente referenciada pelos princípios da Educação Integral, que assegure aprendizagens contextualizadas com as especificidades dos territórios, reconheça e valorize o(a) estudante como um sujeito social, histórico, situado no tempo e espaço, com capacidade de aprender e participar.

No decorrer do projeto foi possível constatar que os processos de ensino-aprendizagem que estão presentes e ativos no cotidiano dessas comunidades ainda estão muito distantes de fazerem parte dos processos educacionais que são materializados no cotidiano das redes de ensino. E, nesse contexto, Nego Bispo e Givânia Silva (2022) argumentam que os saberes das Comunidades Tradicionais não estão nas universidades, pelo contrário, e essas instituições perdem ao não se permitirem escutar e conhecer a ciência produzida por quilombolas, indígenas e povos tradicionais.

Essa distância entre a ciência produzida nas universidades e a ciência produzida nas comunidades é motivada, em parte, pelo fato de que, em muitos casos, há um preconceito em conceber que os sujeitos pertencentes às Comunidades Tradicionais também produzem ciência, são sujeitos de muitos saberes.

Segundo Munduruku (2012), a Educação Indígena é concreta e mágica ao mesmo tempo e que acontece nos diversos espaços sociais das comunidades indígenas. Durante as atividades do projeto, buscou-se fomentar iniciativas em que os pertencentes a essas Comunidades Tradicionais tivessem espaços garantidos nos processos de construção de políticas públicas educacionais.

Para que esses saberes e fazeres das Comunidades Tradicionais estejam presentes e com dinamicidade no cotidiano escolar é essencial que as ações da política sejam monitoradas e avaliadas.

A operacionalização de práticas de monitoramento e avaliação (M&A) da Política de Educação Integral em Territórios Amazônicos é imprescindível para se ter uma compreensão mais ampla e, ao mesmo tempo, delimitada dos acertos e das fragilidades das ações realizadas, criando-se condições para a tomada de decisões, seja para realizar mais investimento nas ações que estão tendo resultados eficazes, seja para o aprimoramento das ações avaliadas como pouco efetivas

Gerir políticas públicas sem utilizar dados de monitoramento seria como dirigir um automóvel sem ler as placas ou sem saber quanta gasolina tem no tanque de combustível (BRASIL, 2022).

Para além das ações de monitoramento e avaliação, é importante que os dados coletados nesse processo de M&A sejam utilizados como evidências nas atividades relacionadas ao planejamento, gestão e tomada de decisão (BRASIL, 2022), uma vez que essa prática pode contribuir para que as políticas públicas tenham resultados mais eficazes. Entende-se, portanto, que os instrumentos de monitoramento e avaliação apresentados aqui podem contribuir para se ter uma política pública educacional eficaz.

A partir desses pressupostos, este caderno tem como objetivo contribuir com o processo de monitoramento e avaliação da Política de Educação Integral implementada em territórios de Comunidades Tradicionais. Porém, entende-se que a metodologia concebida aqui, pode e deve ser adaptada para outros contextos territoriais, dado que os indicadores de M&A apresentados neste caderno de recomendações dialogam de forma direta com as especificidades do território em que as redes de ensino estão inseridas.

Nas páginas seguintes, você terá contato com os resultados de dois instrumentos de monitoramento e avaliação construídos de forma coletiva e dialogada com integrantes das secretarias de educação participantes do projeto “NÓS – Iniciativa pela Educação Integral em Territórios Amazônicos”.



Saberes e Fazeres das Comunidades Tradicionais no desenvolvimento integral do sujeito

As ciências produzidas e difundidas nas e pelas Comunidades Tradicionais, em especial, as comunidades quilombolas e indígenas, são várias e com diferentes níveis de alcance. Elas partem da coletividade, do saber e fazer em grupo e essa epistemologia não se esgota, ela é sempre renovada, pois é circular, ou como Nego Bispo diz, “é começo, meio e começo”.

Somos povos de trajetórias, não somos povos de teoria. Somos da circularidade: começo, meio e começo. As nossas vidas não têm fim. A geração avó é o começo, a geração mãe é o meio e a geração neta é o começo de novo (Nego Bispo - Antônio Bispo dos Santos, p. 66).

A oralidade é uma marca dessas comunidades. É uma prática fundante, na qual o ensino-aprendizagem ocorre por meio do falar, ouvir e colocar em prática. E, embora esse modo de ensinar e aprender esteja ganhando novos formatos, a exemplo da escrita e dos registros audiovisuais, a oralidade continua sendo a base da construção e difusão dos conhecimentos. O que se busca a partir desses novos meios é preservar a memória e aumentar o alcance do impacto das ciências produzidas pelos povos quilombolas e indígenas.



A professora Nilma Lino Gomes nos ensina que os saberes produzidos, articulados e sistematizados pelo Movimento Negro podem nos ajudar a subverter a teoria educacional vigente que, em muitos casos, é excludente e discriminatória (GOMES, 2017). Segundo a educadora, “esses saberes sistematizados podem ser considerados frestas de sol no movimento de repensar a escola, descolonizar os currículos, de tornar os processos de ensino-aprendizagem mais equitativos, inclusivos e em consonância com os saberes e fazeres dos e das estudantes, suas famílias, dos territórios educativos e das Comunidades Tradicionais” (GOMES, 2017, p. 58).

As ciências produzidas no cotidiano das Comunidades Tradicionais são conhecimentos que surgem dos diferentes modos de viver, saber e fazer compartilhados nesses territórios. Quando a oralidade ganha tinta, ou seja, assume a forma da escrita, não é uma escrita de uma única pessoa, são textos produzidos a várias mãos, inclusive mãos que nem todos(as) conseguem enxergar, pois a ancestralidade é parte primordial dessa construção coletiva de conhecimentos.

A escritora Conceição Evaristo chama de “escrevivência” a junção do ato de escrever com os modos de viver e defende que “a escrevivência não é a escrita de si, porque esta se esgota no próprio sujeito”. Ela carrega a vivência da coletividade” (EVARISTO, 2008).

“A nossa escrevivência não é para adormecer os da casa-grande, e sim acordá-los de seus sonhos injustos” (Conceição Evaristo, p. 30).

Essa premissa não é exclusiva das comunidades negras e quilombolas, é partilhada também pelas comunidades indígenas. O escritor Krenak (2022) nos ensina que, “nas comunidades indígenas, as crianças não são educadas, mas orientadas; elas não aprendem a ser vencedoras, já que para alguém ganhar, outro tem que perder. Elas aprendem a partilhar o lugar onde vivem e o que têm para comer. Aprendem desde muito cedo que o coletivo é mais importante que o indivíduo” (Krenak, 2022, p. 139).

Quando se pensa no desenvolvimento integral do sujeito, nas dimensões intelectual, física, afetiva, social e cultural, a partir das ciências concebidas e praticadas nas Comunidades Tradicionais, não se tem como expectativa um desenvolvimento centrado no sujeito, mas um desenvolvimento da comunidade que contribui com o seu desenvolvimento, em outras palavras, parte-se do coletivo para se alcançar o indivíduo.

Nas Comunidades Tradicionais o desenvolvimento integral passa também pela ancestralidade, pela qual entende-se que não é possível ser completo sem reconhecer a importância das pessoas mais velhas e daquelas que não se fazem mais presentes.

A territorialidade, a memória coletiva, a língua materna, as práticas orais, os festejos, as tradições, a religiosidade e os modos de concepção do trabalho e lazer também fazem parte de um conjunto de referenciais que contribuem para a existência e resistência dessas comunidades e, por conseguinte, de seu desenvolvimento.

“Podemos dizer que o lugar da luta por espaço, vida, ancestralidade, memória, conhecimentos tradicionais, formas de cura e de cuidado faz parte do processo de construção da identidade dos quilombolas. Um processo intrinsecamente ligado a um histórico de resistência, construído de acordo com as especificidades locais, regionais, políticas e culturais de cada comunidade quilombola” (Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola)

“O reconhecimento do direito à diversidade étnica e cultural como princípio constitucional exige, por sua vez, o conhecimento, por meio de informações corretas e atualizadas, sobre os povos indígenas, seus modos de vida, suas visões de mundo, seus saberes e práticas, suas línguas, suas histórias e suas lutas políticas” (Diretrizes Operacionais para a implementação da História e das Culturas dos Povos Indígenas na Educação Básica)

Entende-se que, reconhecer que os modos de saber, fazer e viver das Comunidades Tradicionais é ciência, uma ciência que tem outros pressupostos como referenciais fundantes, a exemplo da territorialidade, memória, circularidade e ancestralidade. Um passo importante e necessário que as secretarias de educação devem dar em direção a uma educação, que além de reconhecer e valorizar a diversidade existente no país, aviste na articulação entre as redes de ensino e as

Comunidades Tradicionais um caminho para a redução das desigualdades educacionais e para a efetivação do direito ao desenvolvimento integral dos(as) estudantes.

Quando se fala em redução das desigualdades educacionais e desenvolvimento integral do(a) estudante, compreende-se que os princípios da Educação Integral devem pautar não apenas a elaboração das políticas, mas também seu monitoramento e avaliação.

Monitorar e avaliar como os princípios de equidade, inclusão, contemporaneidade e sustentabilidade estão se materializando no conjunto de ações da política de Educação Integral é imprescindível para se ter uma política eficaz.

E, para isso, entende-se que é necessário instaurar processos de escuta com integrantes das Comunidades Tradicionais, em especial os(as) estudantes, com o intuito de compreender, a partir de suas perspectivas, como esses fundamentos estão presentes no cotidiano escolar.

A avaliação na Educação Integral é sempre o fortalecimento de um pensamento auto avaliativo como um princípio formativo: buscar potencializar processos de ampliação da aprendizagem da comunidade sobre seu projeto educativo, criando espaços autônomos de reflexão sobre sua prática e sua relação com a sociedade em geral e com o sistema educacional em particular. (Caderno Avaliação na Educação Integral, p. 16)

As condições de acesso, permanência, qualidade do ensino-aprendizagem e conclusão escolar também fazem parte do processo de desenvolvimento integral do(a) estudante, assim, é primordial que o monitoramento e avaliação da política de Educação Integral não fique restrita aos resultados das avaliações de larga escala, tal como o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb). É preciso que se amplie o horizonte de indicadores que impactam e são impactados, de forma direta e indireta, por essa política e que, em muitos casos, não são considerados como observáveis.

É importante que os índices resultantes do Saeb continuem sendo evidências para o monitoramento e avaliação das políticas educacionais, em especial da política de Educação Integral. Contudo, considera-se pertinente que outros quesitos, temas e áreas que incidem sobre as trajetórias escolares integrem o conjunto de indicadores que poderão servir de base para o aprimoramento dessa política e a formulação de novas políticas públicas, em particular, as educacionais.

Diante desse desafio e partindo dos fundamentos de uma Educação Integral Antirracista e de uma escuta qualificada com gestores educacionais de municípios participantes do projeto “NÓS – Iniciativa pela Educação Integral em Territórios Amazônicos”, nas páginas seguintes, apresentamos duas propostas de instrumentos de monitoramento e avaliação da política de Educação Integral que estão ancoradas na interseccionalidade e interseccionalidade.

A interseccionalidade na Educação Integral articula pessoas, organizações e instituições com o objetivo de compartilhar causas, projetos de modo igualitário, democrático e solidário. Ela instaura uma forma de organização baseada na colaboração e na divisão de responsabilidades e competências, uma nova articulação política que prevê uma aliança estratégica entre os atores sociais (pessoas) e forças (instituições).²

O conceito de interseccionalidade nos possibilita entender como diferentes e complexas formas de privilégio, opressão e discriminação se entrelaçam e impactam as vidas das pessoas de maneira interconectada.³

² Centro de Referências em Educação Integral. Interseccionalidade na Educação Integral. 2015. Disponível em educacaointegral.org.br/glossario/interseccionalidade-na-educacao-integral Acesso em julho de 2024.

³ O conceito de interseccionalidade foi cunhado por Crenshaw (2002), mas já era tratado de modos semelhantes por autoras brasileiras, a exemplo de Lélia Gonzalez (1984).



Caminhos possíveis para o monitoramento e avaliação da Política de Educação Integral em territórios de Comunidades Tradicionais

O monitoramento e avaliação da Política de Educação Integral em territórios de Comunidades Tradicionais envolvem diversos caminhos e estratégias para garantir que seus objetivos sejam alcançados e que os resultados sejam efetivamente avaliados.

A avaliação dessa política precisa ir além das análises do resultado do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), é necessário que vários outros aspectos se tornem indicadores para se analisar a efetividade dessa política. Embora o Ideb seja um indicador importante, ele não consegue imprimir em seus números todos os aspectos e impactos dessa política educacional.

A avaliação da Política de Educação Integral em territórios com Comunidades Tradicionais necessita ter um caráter sistemático e objetivo, no qual os quesitos, temas e áreas passíveis de observação sejam diversos e plurais e, que incidam e sejam incididos, de forma direta e indireta, sobre o acesso e permanência das crianças, adolescentes e jovens na escola.

Ao se buscar o desenvolvimento integral desses sujeitos, esses diversos aspectos devem ser considerados, uma vez que as condições socioeconômicas, culturais, políticas e de outras dimensões de suas vidas cotidianas são partes fundamentais desse processo de busca pelo desenvolvimento integral.

É importante salientar que um dos objetivos dessa proposta de monitoramento e avaliação é incentivar as secretarias de educação e os(as) gestores(as) escolares a terem uma visão mais ampla, materializada em dados, acerca das condições que podem ser consideradas como barreiras ou molas propulsoras para o sucesso da Política de Educação Integral em seu território.

Os instrumentos de M&A começaram a ser desenvolvidos pelo Centro de Referências em Educação Integral a partir dos aprendizados sistematizados no decorrer da implementação do ciclo 01 projeto “NÓS – Iniciativa pela Educação Integral em Territórios Amazônicos” realizado em cinco municípios do estado do Amapá, 10 municípios do estado do Amazonas e 18 municípios do estado do Maranhão no período de 2021 a 2023. Nesse primeiro ciclo, o projeto apoiou os municípios na construção e implementação de políticas de Educação Integral em consonância com as especificidades dos territórios de Comunidades Tradicionais.

Em 2024, juntamente com equipes técnicas das secretarias de educação desses municípios, os instrumentos de M&A foram elaborados de forma coletiva, no qual as pessoas participantes puderam colaborar na construção dos indicadores que serão monitorados e avaliados por suas redes de ensino.

Os instrumentos de monitoramento e avaliação deste caderno têm como função ajudar as redes de ensino no aprimora-

mento da implementação da Política de Educação Integral. O primeiro instrumento de M&A é voltado para a comunidade escolar, em especial, os(as) estudantes pertencentes às Comunidades Tradicionais e tem foco na interlocução entre o ensino-aprendizagem e os saberes e fazeres dessas comunidades e na articulação da rede de ensino com os territórios educativos presentes no município.

Esse primeiro instrumento de M&A recorre a um processo de escuta qualificada para se ter uma visão ampliada, a partir da perspectiva desses(as) estudantes, de como a política de Educação Integral está sendo materializada no dia a dia da escola. Para isso, o instrumento de M&A foi dividido em três eixos:

1. Participação em instâncias de decisão;
2. Articulação com as Comunidades Tradicionais; e
3. Educação Antirracista.

Destaca-se que, os fundamentos da Educação Integral (equidade, inclusão, contemporaneidade e sustentabilidade) são alicerces desses três eixos.

O primeiro eixo, “participação em instâncias de decisão”, está relacionado com as formas de participação da comunidade escolar nos conselhos e espaços de construção de normativas da escola. Neste eixo, o foco da avaliação é compreender se os(as) estudantes e seus familiares têm sua participação (voz e voto) assegurada, em particular, de integrantes de Comunidades Tradicionais, dado ao histórico de exclusão dessa parcela da população.

O segundo eixo, “articulação com as Comunidades Tradicionais”, diz respeito às atividades realizadas pela rede de ensino em parceria com as Comunidades Tradicionais e a valorização modos de viver, saber e fazer nesses territórios. Neste eixo, o foco da avaliação é compreender se há interlocuções do currículo implementado na rede com a ciência produzida e difundida por e nessas comunidades, principalmente a partir de fundamentos que são basilares para essas comunidades, tais como ancestralidade, memória, territorialidade, coletividade e oralidade.

O terceiro eixo, “educação antirracista”, está relacionado com o cumprimento das diretrizes curriculares nacionais para educação para as relações étnico-raciais, quilombola e indígena. Aqui, o objetivo é compreender como a educação antirracista está se materializando no dia a dia escolar. Este é um eixo transversal.

Entende-se que esse instrumento de M&A pode ser complementado com outros eixos que dialoguem com as especificidades do território onde será aplicado. A escolha desses eixos foi motivada pela sistematização dos aprendizados e pelos diálogos realizados com as equipes técnicas das secretarias de educação no decorrer do projeto “NÓS – Iniciativa pela Educação Integral em Territórios Amazônicos”.

Nas linhas abaixo, será detalhada a metodologia para uso do instrumento de M&A voltado para a comunidade escolar. Essa metodologia foi inspirada nos “Indicadores da qualidade na educação: relações raciais na escola” (CARREIRA, SOUZA, 2013). A metodologia está dividida em quatro partes:

1) **Apresentação do instrumento**; 2) **Orientações para aplicação**; 3) **Instrumento**; e 4) **Modelo de plano de ação** a ser elaborado a partir dos resultados da aplicação do instrumento.



Legenda: Estudante da EM Barão de Grajaú, Cajueiro, Alcântara/MA



Primeiro Instrumento de M&A

Escuta qualificada com a comunidade escolar

1. Apresentação

A proposta desse instrumento de monitoramento e avaliação é construir uma visão ampliada de forma colaborativa a partir da compreensão de estudantes de Comunidades Tradicionais sobre como a política de Educação Integral está sendo materializada no dia a dia da escola.

O instrumento deve ser aplicado de maneira participativa, com o envolvimento de diferentes perfis de estudantes oriundos de Comunidades Tradicionais, com equidade de gênero e território.

A base desse instrumento de avaliação é o debate orientado por perguntas que resultem em expressões sintetizadas em três cores: vermelho, amarelo e verde. Após os diálogos sobre a pergunta e a sistematização da discussão, o grupo chegará a um consenso sobre o nível em que a escola está em relação àquela situação.

2. Orientações para aplicação

A preocupação em elaborar um instrumento viável, que pode ser realmente aplicado no cotidiano das escolas, pautou essa produção. Nesse sentido, optamos por trabalhar com um número restrito de perguntas.

O objetivo desse instrumento é que ele **seja aplicado em uma escola que tenha estudantes pertencentes a Comunidades Tradicionais**. O intuito é que essa atividade seja realizada com um grupo ou turma de estudantes a partir do quinto ano do ensino fundamental, devido ao grau de complexidade da atividade. A escolha desse público tem o intuito de compreender como os sujeitos pertencentes às Comunidades Tradicionais estão sendo impactados pelas ações da política de Educação Integral.

O ideal é que não se ultrapasse o número de 30 participantes por grupo na aplicação do instrumento. A atividade demandará uma pessoa mediadora para facilitar a atividade e sistematizar as discussões realizadas. **A previsão de tempo para realização da atividade é de 1 hora e 45 minutos**. Abaixo segue um passo a passo para aplicação desse instrumento.

Passo 1

- A equipe da secretaria de educação escolhe as escolas que têm estudantes pertencentes a Comunidades Tradicionais para aplicação do instrumento de monitoramento e avaliação;
- A equipe da secretaria de educação apresenta para a gestão da escola o instrumento de monitoramento e avaliação e seus objetivos;
- A equipe da secretaria de educação junto com a gestão da escola escolhe uma pessoa mediadora (sugerimos que seja a coordenação pedagógica da escola ou pessoa que exerça função semelhante) e;
- A equipe da secretaria de educação junto com a gestão da escola e a pessoa mediadora escolhem uma data para a realização da atividade.

Passo 2

- A gestão da escola junto com a pessoa mediadora apresenta a atividade para o corpo docente da escola;
- A gestão escolar junto com a pessoa mediadora escolhe um grupo/turma de estudantes oriundos de Comunidades Tradicionais. **É importante que se tenha equilíbrio de gênero no número de participantes;**
- A gestão escolar junto com a pessoa mediadora informa aos estudantes escolhidos sobre a atividade e o dia, horário e local que será realizada.



Passo 3

- A pessoa mediadora organiza os materiais necessários para a atividade. São eles: 1) Canetinha ou caneta ou lápis de cor das cores vermelha, verde e amarela; 2) Caneta para sistematização dos diálogos e; 3) Uma cópia deste instrumento de monitoramento e avaliação em que será realizada a sistematização do debate;
- No dia da atividade, sugerimos que a pessoa mediadora reúna o grupo em roda para aplicação do instrumento.

Passo 4

- Começando a atividade, a pessoa mediadora pede para cada participante se apresentar (nome, idade, se é quilombola, indígena, ribeirinho ou outro e, de qual comunidade é oriundo);
- Na sequência, a pessoa mediadora faz a primeira pergunta e pede para cada estudante falar sobre;
- A pessoa mediadora, no espaço reservado “comentários”, destaca os principais pontos debatidos de cada pergunta;
- Após o debate de cada questão, o grupo de estudantes tem que chegar em um consenso sobre qual cor assinalar para a situação apresentada na pergunta, entendendo que:

Vermelho expressa que **nenhuma ação ou situação**

- **relacionada com a pergunta existe**, apontando um cenário crítico e exigindo que a questão seja priorizada.

Amarelo expressa que **existem algumas ações e**

- **situações presentes, mas ainda não são suficientes e precisam de alguma melhoria.**

Verde expressa que **ações, atitudes e situações rela-**

- **cionadas com a questão estão bem consolidadas na escola/território, sem necessidade de melhorias.**

- Após a realização de todas as perguntas, agradecer aos participantes.

Passo 5

- Com o fim da aplicação deste instrumento de monitoramento e avaliação, é importante que a pessoa mediadora apresente e reflita os resultados junto com a gestão da escola e equipe da secretaria de educação;
- Com os resultados apresentados e reflexões realizadas, sugerimos que se elabore um plano de ação para tentar contornar os possíveis pontos críticos que apareceram no resultado da aplicação do instrumento;
- O plano de ação pode ser construído a partir do modelo presente neste documento.

Sugestão para a dinâmica do trabalho

Atividade	Duração
Apresentações	10 minutos
Pergunta 1	15 minutos
Pergunta 2	15 minutos
Pergunta 3	15 minutos
Pergunta 4	15 minutos
Pergunta 5	15 minutos
Pergunta 6	15 minutos
Encerramento	5 minutos

3. Instrumento de M&A

1. Vocês, estudantes indígenas/quilombolas/ribeirinhos, participam da elaboração das regras de convivência na escola? Falem sobre:

Comentários:



2. Você ou algum(a) de seus(uas) familiares participam do Conselho Escolar com direito a voz e voto? Falem sobre:

Comentários:



3. Os(As) professores(as) de sua escola desenvolvem atividades em parceria com as lideranças/mestre dos saberes/anciões(ãs)/integrantes de suas comunidades? Falem sobre:

Comentários:



4. Vocês, estudantes indígenas/quilombolas/ribeirinhos, realizam atividades de estudo visitando locais específicos (ex: rios/cachoeiras, casa de farinha, casa de artesanato, fábrica de cerâmica, dentre outros) de suas comunidades? Falem sobre:

Comentários:



5. No cotidiano da sua escola, durante as aulas, há atividades que abordam a História e Cultura Africana, Afro-Brasileira, Quilombola e Indígena? Falem sobre:

Comentários:



6. Em sua escola, há espaços de diálogo e reflexão durante as aulas sobre manifestações de preconceito, discriminação e racismo no cotidiano escolar? Falem sobre:

Comentários:



4. Plano de Ação

O Plano de Ação é uma resposta da rede de ensino sobre como lidar com os resultados gerados a partir dessa avaliação participativa sobre a implementação da Política de Educação Integral. Esse plano é elaborado com a participação dos(as) estudantes que participaram da atividade e, se possível, toda a comunidade escolar.

Após a elaboração do plano de ação, incentivamos que ele seja apresentado para a comunidade escolar e depois veiculado no mural das unidades escolares.

O plano é uma ferramenta simples que envolve quatro campos de trabalho, além dos indicadores já trabalhados na avaliação. Basicamente, deve-se responder às seguintes questões, considerando o resultado total do instrumento:

1. Quais pontos precisam de mais atenção?
2. Quais são as propostas para melhorar a situação?
3. Quem fará parte da equipe responsável?
4. Que recursos demandam e como serão disponibilizados?
5. Qual o prazo para apresentar os resultados da ação?

Essas perguntas podem ser sintetizadas no quadro abaixo, pois ajudará a organizar o trabalho:

1	Pontos críticos	
2	Propostas	
3	Equipe responsável	

4 Recursos necessários	
5 Prazo	

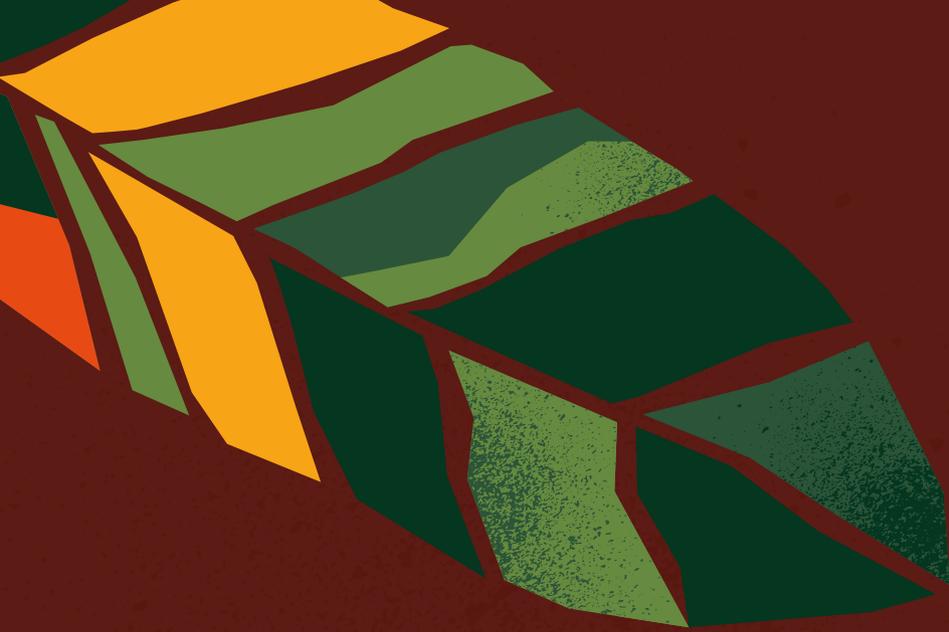
Recomendamos que as propostas sejam objetivas e viáveis. É preferível propor menos e entregar o que foi proposto, do que propor muito e não realizar. Por isso, sugerimos que com o quadro todo pronto, o grupo que o elaborou faça uma análise global das propostas e se questione:

1. É viável fazer tudo o que propusemos?
2. Se não, o que, de tudo o que foi proposto, deve ser priorizado ?

Esse é o instrumento de monitoramento e avaliação voltado para a escuta qualificada com estudantes de Comunidades Tradicionais. Entende-se que ele pode ser adaptado e aprimorado diante das especificidades do território em que sua rede está inserida.

No processo de escuta com os municípios que aplicaram esse instrumento com estudantes de suas redes, muitos reconheceram a importância e urgência de se incluir essa atividade como uma etapa do planejamento anual realizado pela secretaria de educação junto às escolas.

Destaca-se que esse instrumento também incentiva o protagonismo do(a) estudante, o(a) coloca no centro do processo de ensino-aprendizagem, o(a) integra no movimento de se pensar uma nova educação, de se conceber uma nova escola.



Segundo Instrumento de M&A

O segundo instrumento de monitoramento e avaliação é voltado para as secretarias de educação com o intuito de avaliar a rede de ensino, mas entende-se que a gestão escolar pode aplicá-lo em sua escola.

Esse próximo instrumento tem como objetivo subsidiar a secretaria de educação com evidências que a permitam requalificar a sua Política de Educação Integral. Serão levados em conta quesitos/temas/áreas que impactam e são impactados, de forma direta e indireta, por essa política e que, em muitos casos, não são considerados como observáveis para a permanência, a aprendizagem com qualidade e a conclusão escolar do(a) estudante.



Esse recurso de M&A está dividido em seis categorias:

1. Frequência escolar;
2. Saúde;
3. Segurança;
4. Renda;
5. Ensino-Aprendizagem e;
6. Participação comunitária.

Cada eixo tem um conjunto de indicadores.

A primeira categoria, “frequência escolar”, está relacionada com as formas de locomoção do(a) estudante para a escola, presença e ausência nas aulas. Nesta categoria, o foco da avaliação é compreender quais são as iniciativas da rede de ensino perante as ausências parciais e totais dos(as) estudantes do dia a dia das aulas.

A segunda categoria, “saúde”, diz respeito ao trabalho em parceria com a rede de saúde do município, no que se refere à cobertura vacinal, saúde bucal e saúde sexual e reprodutiva. Nesta categoria, o objetivo da avaliação é compreender se há ações voltadas para a atenção primária à saúde.

A terceira categoria, “segurança”, está relacionada à segurança alimentar e à rede de proteção contra assédios e violências sexuais contra crianças e adolescentes. Nesta categoria, o intuito da avaliação é compreender se há iniciativas intersectoriais que assegurem as condições necessárias de alimentação aos estudantes e seus familiares e, os resguardem de possíveis violências.

A quarta categoria, “renda”, diz respeito ao monitoramento realizado pela escola dos(as) estudantes beneficiados por programas de transferência de renda, a exemplo do Programa Bolsa Família. Nesta categoria, a intenção é compreender se há um acompanhamento equitativo e inclusivo dos(as) estudantes beneficiários desses programas.

A quinta categoria, “ensino-aprendizagem”, está relacionada com aspectos que influenciam no processo de ensino-aprendizagem do cotidiano escolar. Nesta categoria, o foco da avaliação é compreender como que a educação para as relações étnico-raciais, educação escolar quilombola e educação escolar indígena estão sendo materializadas no dia a dia da rede de ensino.

A sexta e última categoria, “participação comunitária”, diz respeito às formas de engajamento e participação da comunidade escolar e da realização de ações em parceria com os territórios educativos do município. Nesta categoria, o objetivo da avaliação é compreender a relações entre escola e comunidade.

Entende-se que outras categorias e indicadores podem ser inseridos nesse instrumento de M&A para contemplar as particularidades do território em que a rede de ensino e/ou escolas estão localizadas.

A definição dessas categorias ocorreu após a aplicação, reflexão sobre os resultados e avaliação do instrumento realizada pelos municípios participantes do projeto “NÓS – Iniciativa pela Educação Integral em Territórios Amazônicos”, no qual

reconheceram que as categorias e seus respectivos indicadores possibilitam que a secretaria de educação tenha um panorama da Política de Educação Integral e das demais políticas educacionais, de um modo geral, a partir de indicadores que na maior parte das avaliações são negligenciados.

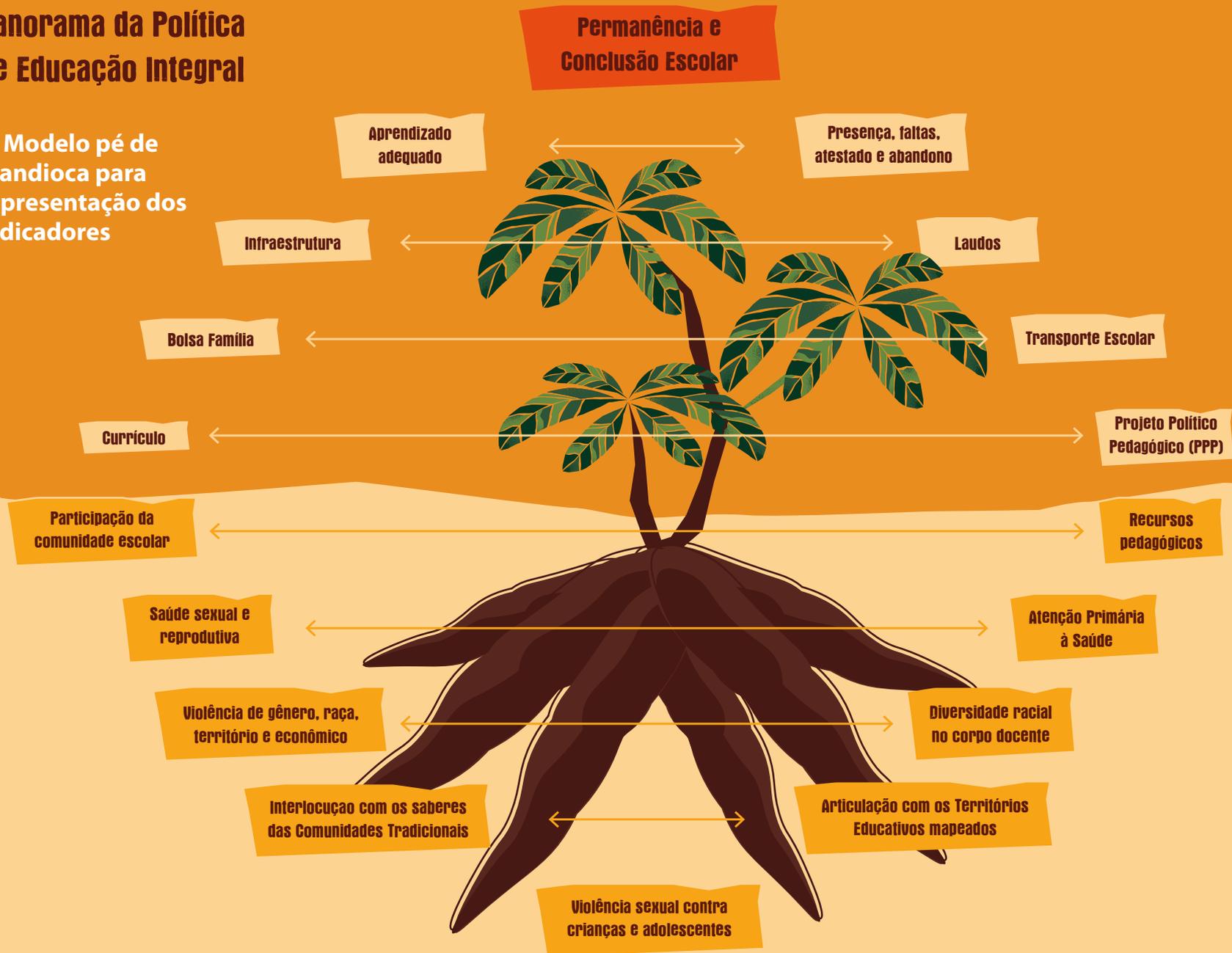
Em seguida, será detalhado a metodologia para uso desse segundo instrumento de M&A que é voltado para as secretarias de educação, mas que também pode ser utilizado pelas unidades escolares. A metodologia está dividida em cinco partes: 1) Modelo pé de mandioca para a representação dos indicadores; 2) Matriz de avaliação; 3) Instrumento de M&A; 4) Síntese dos resultados da aplicação do instrumento; e 5) Modelo de plano de ação a ser elaborado a partir dos resultados da aplicação do instrumento.



Legenda: Estudante da EM Barão de Grajaú, Cajueiro, Alcântara/MA

Panorama da Política de Educação Integral

1. Modelo pé de mandioca para representação dos indicadores



2. Matriz de avaliação

Unidade de Análise	Dimensões	Categorias	Indicadores
Secretaria de educação	Permanência e conclusão escolar	Frequência	Presença, faltas, atestado, abandono
			Transporte escolar: Tempo gasto entre a casa do(a) estudante e a escola
		Saúde	Cobertura vacinal
			Saúde sexual e reprodutiva
			Saúde - Atenção Primária à Saúde
		Segurança	Violência sexual contra crianças e adolescentes
			Insegurança alimentar
		Renda	Bolsa Família e programas socioeconômicos locais de transferência de renda
		Aprendizagem	Diversidade racial entre os profissionais da educação
			Currículo
			Projeto Político Pedagógico (PPP)
			Raça x aprendizado adequado
			Nível socioeconômico x aprendizado adequado
			Recursos pedagógicos
Participação comunitária	Interlocução com os saberes das Comunidades Tradicionais		
	Participação da comunidade escolar		
	Articulação com os territórios educativos mapeados		

3. Instrumento de M&A

Preencha o quadro abaixo com as informações de seu município. É importante que esse preenchimento ocorra de forma coletiva. Sugere-se que envolva todos(as) integrantes da secretaria de educação.

Município:	
Quantos habitantes tem no município? ⁴	
Pardos:	Total:
Pretos:	
Indígenas:	
Quilombolas:	
Amarelos:	
Branco:	
O que esses dados nos mostram?	

⁴ Esses dados podem ser obtidos pelo site: censo2022.ibge.gov.br/panorama. Acesso em: 15 de out. de 2024.

Quantidade de Escolas:	
Urbana (seriada):	Total:
Urbana (multisseriadas):	
Do campo (seriada):	
Do campo (multisseriadas):	
Quilombola (seriada):	
Quilombola (multisseriadas):	
Indígena (seriada):	
Indígena (multisseriadas):	
O que esses dados nos mostram?	

Quantidade de matrículas neste ano:	
Urbana (seriada):	Total:
Urbana (multisseriadas):	
Do campo (seriada):	
Do campo (multisseriadas):	
Quilombola (seriada):	
Quilombola (multisseriadas):	
Indígena (seriada):	
Indígena (multisseriadas):	
O que esses dados nos mostram?	

Quantidade de estudantes que abandonaram a escola no último ano:	
Meninas pardas:	Total:
Meninos pardos:	
Meninas pretas:	
Meninos pretos:	
Meninas indígenas:	
Meninos indígenas:	
Meninas quilombolas:	
Meninos quilombolas:	
Meninas amarelas:	
Meninos amarelos:	
Meninas brancos:	
Meninos brancos:	
Urbana (seriada):	
Urbana (multisseriadas):	
Do campo (seriada):	
Do campo (multisseriadas):	
Quilombola (seriada):	
Quilombola (multisseriadas):	
Indígena (seriada):	
Indígena (multisseriadas):	
O que esses dados nos mostram?	

Neste mês, qual foi o número de estudantes que faltaram 3 dias seguidos ou mais sem atestado?	
Meninas pardas:	Total:
Meninos pardos:	
Meninas pretas:	
Meninos pretos:	
Meninas indígenas:	
Meninos indígenas:	
Meninas quilombolas:	
Meninos quilombolas:	
Meninas amarelas:	
Meninos amarelos:	
Meninas brancos:	
Meninos brancos:	
Urbana (seriada):	
Urbana (multisseriadas):	
Do campo (seriada):	
Do campo (multisseriadas):	
Quilombola (seriada):	
Quilombola (multisseriadas):	
Indígena (seriada):	
Indígena (multisseriadas):	
O que esses dados nos mostram?	

Qual é a média de tempo gasto pelo(a) estudante, que utiliza transporte escolar, entre sua casa e a escola?	
Meninas pardas:	Total:
Meninos pardos:	
Meninas pretas:	
Meninos pretos:	
Meninas indígenas:	
Meninos indígenas:	
Meninas quilombolas:	
Meninos quilombolas:	
Meninas amarelas:	
Meninos amarelos:	
Meninas brancos:	
Meninos brancos:	
Urbana (seriada):	
Urbana (multisseriadas):	
Do campo (seriada):	
Do campo (multisseriadas):	
Quilombola (seriada):	
Quilombola (multisseriadas):	
Indígena (seriada):	
Indígena (multisseriadas):	
O que esses dados nos mostram?	

Qual é a % de estudantes, com recorte de cor/raça que estão com o aprendizado adequado em Língua Portuguesa ? ⁵	
Meninas pardas:	Total:
Meninos pardos:	
Meninas pretas:	
Meninos pretos:	
Meninas indígenas:	
Meninos indígenas:	
Meninas quilombolas:	
Meninos quilombolas:	
Meninas amarelas:	
Meninos amarelos:	
Meninas brancos:	
Meninos brancos:	
O que esses dados nos mostram?	

⁵ Esses dados podem ser obtidos pelo site: censo2022.ibge.gov.br/panorama. Acesso em: 15 de out. de 2024.

Qual é a % de estudantes, com recorte de cor/raça que estão com o aprendizado adequado em Matemática ? ⁶	
Meninas pardas:	Total:
Meninos pardos:	
Meninas pretas:	
Meninos pretos:	
Meninas indígenas:	
Meninos indígenas:	
Meninas quilombolas:	
Meninos quilombolas:	
Meninas amarelas:	
Meninos amarelos:	
Meninas brancos:	
Meninos brancos:	
O que esses dados nos mostram?	

⁶ Esses dados podem ser obtidos pelo site: censo2022.ibge.gov.br/panorama. Acesso em: 15 de out. de 2024.

Qual é a % de estudantes, com recorte de nível socioeconômico (NSE), que estão com o aprendizado adequado em Língua Portuguesa ? ⁷	
Baixo NSE:	Total:
Alto NSE:	
O que esses dados nos mostram?	

Qual é a % de estudantes, com recorte de nível socioeconômico (NSE), que estão com o aprendizado adequado em Matemática ? ⁸	
Baixo NSE:	Total:
Alto NSE:	
O que esses dados nos mostram?	

⁷ Esses dados podem ser obtidos pelo site: censo2022.ibge.gov.br/panorama. Acesso em: 15 de out. de 2024.

⁸ Idem.

Quantos docentes (efetivos e contratados) atuam na rede de ensino?	
Pardos:	Total:
Pretos:	
Indígenas:	
Quilombolas:	
Amarelos:	
Branco:	
O que esses dados nos mostram?	

Quantos(as) diretores(as) (efetivos(as) e contratados(as)) atuam na rede de ensino?	
Pardos:	Total:
Pretos:	
Indígenas:	
Quilombolas:	
Amarelos:	
Branco:	
O que esses dados nos mostram?	

Neste ano, qual é a % dos livros/cartilhas, dentre outros materiais de leitura que contempla a História e Cultura Africana, Afro-Brasileira e Quilombola disponível em cada unidade escolar de seu município?

até 25%

de 26% a 50%

de 51% a 75%

de 76% a 90%

mais de 90%

O que esses dados nos mostram?

Neste ano, qual é a % dos livros/cartilhas, dentre outros materiais de leitura que contempla a História e Cultura dos Povos Indígenas disponível em cada unidade escolar de seu município?

até 25%

de 26% a 50%

de 51% a 75%

de 76% a 90%

mais de 90%

O que esses dados nos mostram?

No último ano ou semestre, quantas ações a rede de ensino realizou em parceria com os Povos e Comunidades Tradicionais do território?

O que esses dados nos mostram?

No último ano ou semestre, quantas ações a rede de ensino realizou em parceria com os Territórios Educativos do município?

O que esses dados nos mostram?

No último ano ou semestre, quantas ações de escuta, a rede de ensino realizou com a Comunidade Escolar?	
O que esses dados nos mostram?	

Neste ano, o currículo implementado pela rede de ensino contempla o artigo 26-A da LDB?	
O que esses dados nos mostram?	

Neste ano, as escolas elaboraram/revisaram seus Projetos Políticos Pedagógicos com a participação da comunidade escolar?	
O que esses dados nos mostram?	

Neste ano, quantos estudantes matriculados participam do Programa Bolsa Família e/ou programas socioeconômicos estaduais e locais de transferência de renda?	
O que esses dados nos mostram?	

No último mês, quantos(as) estudantes estão com a cobertura vacinal completa?	
O que esses dados nos mostram?	

No último mês, qual foi o número de estudantes que nunca tiveram consulta odontológica?	
O que esses dados nos mostram?	

No último mês, qual foi o número de estudantes que estão gestantes?	
O que esses dados nos mostram?	

No último mês, houve quantas notificações de assédio e violência sexual contra crianças e adolescentes?	
O que esses dados nos mostram?	

4. Síntese dos resultados da aplicação do instrumento

A partir das reflexões acima, liste os problemas diagnosticados:

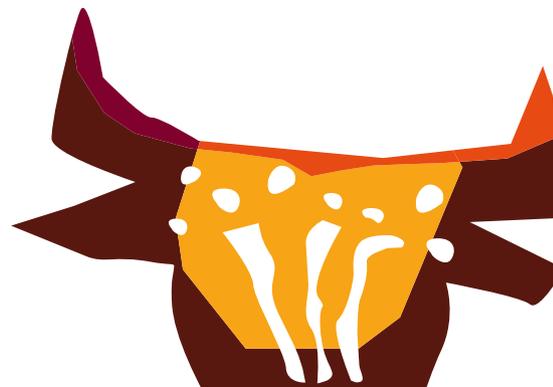
Instituições Envolvidas	
1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	

5. Plano de ação

A partir das discussões realizadas nos momentos anteriores e das respostas das atividades, elabore um plano de ação para enfrentar os problemas diagnosticados. O plano de ação é uma resposta da secretaria de educação sobre como lidar com os problemas diagnosticados a partir dessa avaliação. Idealmente, esse plano é feito com toda a comunidade escolar, mas considera-se que isso pode ser de difícil viabilidade. Neste sentido, propõe-se que seja uma tarefa a ser assumida pela equipe da secretaria de educação em parceria com a gestão escolar (direção e coordenação).

Após a elaboração do plano de ação, incentivamos que o mesmo seja apresentado para a rede de ensino, secretarias municipais de saúde e assistência social.

O plano é uma ferramenta simples que envolve quatro campos de trabalho, além dos indicadores já trabalhados na avaliação. Basicamente, deve-se responder às seguintes questões, considerando as reflexões realizadas durante a aplicação do instrumento de M&A e a síntese dos problemas diagnosticados.



Plano de Ação	
Dimensão:	
Categoria:	
Indicador:	
1 Problemas	

2 O que fazer?	
3 Equipe/ Comissão responsável?	

4 Prazo	

Consideramos muito importante que as propostas sejam focadas e viáveis. É preferível propor menos e entregar o que foi proposto, do que propor muito e não realizar. Por isso, sugerimos que com o quadro todo pronto, o grupo que o elaborou faça uma análise global das propostas e se questione:

1. É viável fazer tudo o que propusemos?
2. Se não, o que, de tudo o que foi proposto, deve ser priorizado ?

No processo de escuta com os municípios que aplicaram esse instrumento, muitos relataram que, após a sistematização dos resultados, entenderam a importância de se ter instrumentos de M&A que consigam avaliar a Política de Educação Integral e as demais políticas educacionais, de uma forma geral, em aspectos que influenciam o desenvolvimento integral do(a) estudante.

Os desafios para a institucionalização desses instrumentos de M&A podem ser vários, de acordo com a realidade de cada rede de ensino. Contudo, considera-se a partir das avaliações realizadas pelos municípios, que os resultados da realização dessa atividade possam servir de subsídios para o aprimoramento da Política de Educação Integral vigente, e por conseguinte, da qualidade da educação do município.





PRÓXIMOS PASSOS

Estes instrumentos de monitoramento e avaliação impulsionam a materialização de ações intersetoriais, dado que incentiva a secretaria de educação a implementar práticas em parceria com outras secretarias de governo e instituições que atuam direta e indiretamente com o corpo estudantil da rede visando o desenvolvimento integral do(a) estudante.

Este material é um desdobramento do Caderno de Diretrizes para Implementação - Políticas de Educação Integral em Territórios de Comunidades Tradicionais e é a parte inicial de um conjunto de instrumentos de monitoramento e avaliação da Política de Educação Integral.

Os instrumentos indicados neste material foram construídos de forma participativa com os municípios participantes do projeto “NÓS – Iniciativa pela Educação Integral em Territórios Amazônicos”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola. Brasília: Ministério da Educação, 2012.

BRASIL. Diretrizes Operacionais para a implementação da História e das Culturas dos Povos Indígenas na Educação Básica. Brasília: Ministério da Educação, 2015.

BISPO DOS SANTOS, Antônio. A terra dá, a terra quer. São Paulo: Ubu Editora, 2023

BISPO DOS SANTOS, Antônio; SILVA, Givânia. Fuga, escola e oráculo. In: FIRMEZA, Yuri (Org). Composto Escola: comunidades de sabenças vivas. São Paulo, N-1 edições, 2022.

CARREIRA, Denise. SOUZA, Ana Lúcia Silva. Indicadores da qualidade na educação: relações raciais na escola. São Paulo: Ação Educativa, 2013.

CENTRO DE REFERÊNCIAS EM EDUCAÇÃO INTEGRAL. Caderno Avaliação na Educação Integral - Elaboração de novos referenciais para políticas e programas. Disponível em educacaointegral.org.br/wp-content/uploads/2020/05/caderno-avaliacao-na-educacao-integral-4_compressed.pdf Acesso em julho de 2024.

CRENSHAW, KIMBERLÉ. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, Jan. 2002.

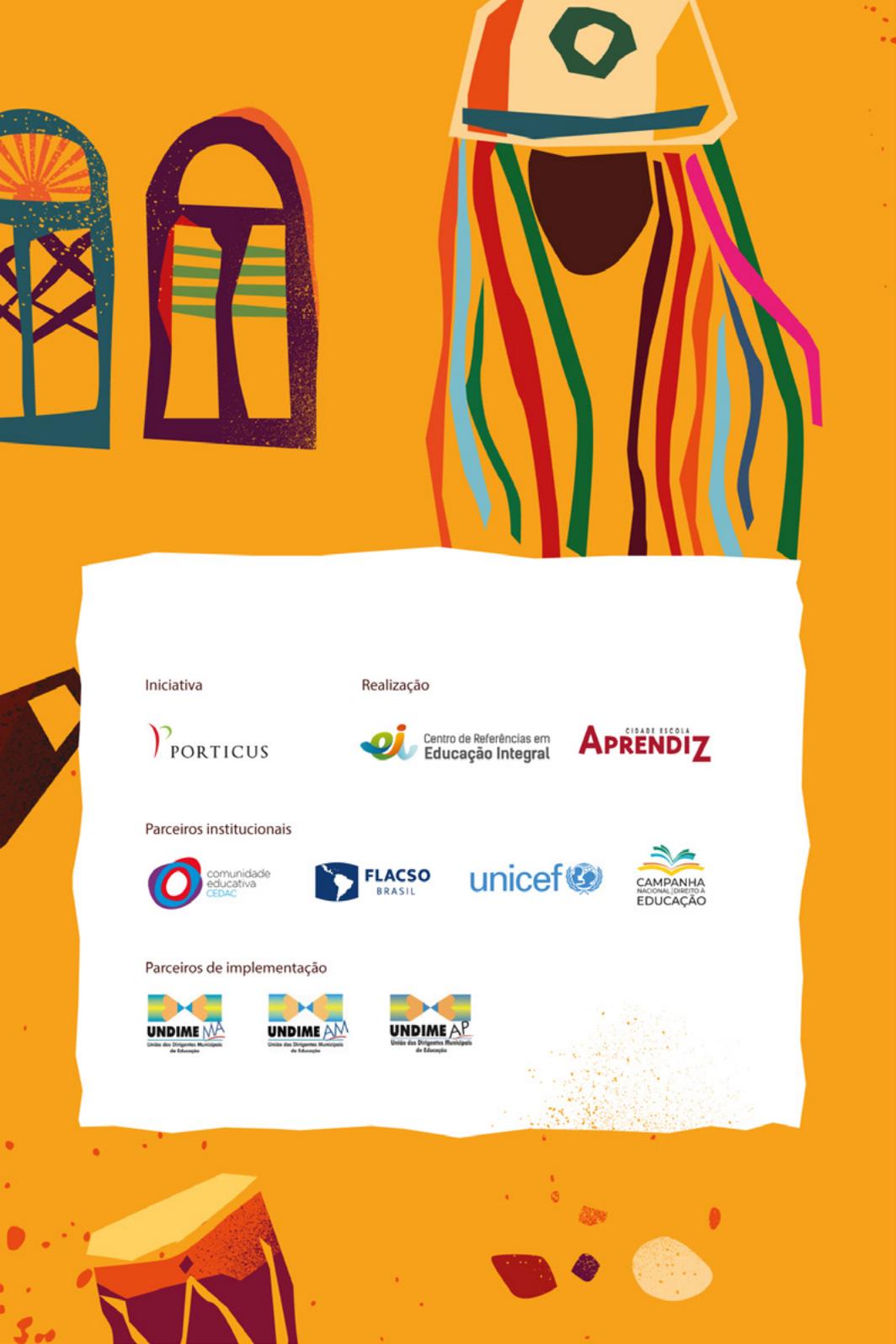
EVARISTO, C. "Escrevivências da afro-brasilidade: história e memória", In: Revista Releitura, Belo Horizonte: Fundação Municipal de Cultura, n. 23, novembro de 2008.

GOMES, Nilma Lino. O Movimento Negro educador: saberes

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, 1984, p. 223-244.

KRENAK, Ailton. Futuro ancestral. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

MUNDURUKU, Daniel. O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970-1990). São Paulo: Paulinas, 2012.



Iniciativa



Realização



Parceiros institucionais



Parceiros de implementação

